



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual do Meio Ambiente

Processo nº46/1999/003/2004

Referência: Recurso a Câmara Normativa e Recursal do COPAM, infração grave, porte pequeno.

Interessado: CONEXÕES SANTA MARTA IND. COM. LTDA.

PARECER JURÍDICO

Relatório:

A sociedade empresária em referência foi autuada por cometer infração tipificada no artigo 19, §2º, item 2, do Decreto nº 39.424/98, por *"Descumprir determinação ou condicionante formulada pelo plenário do COPAM, por Câmara Especializada ou por órgão seccional de apoio ao COPAM, inclusive Planos de Controle Ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoramento ou equivalentes aprovadas na Licença de Operação, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental, considerando-se que a empresa não está apresentando na íntegra os resultados de monitoramento constantes no Anexo I das condicionantes além de prazos e na está apresentando regularmente a planilha contida no Anexo II da LOC"*, sendo aplicada a penalidade de ADVERTÊNCIA, devendo o autuado corrigir sua situação ambiental, no prazo de 90 dias, sob pena de conversão em multa simples no valor de **R\$7.449,76**.

No Pedido de Reconsideração apresentado foi indeferido e convertido em multa a penalidade. Inconformada a sociedade interpôs Recurso dirigido à Câmara Normativa Recursal do COPAM, tempestivamente, onde em síntese alega:

- que obteve a revalidação da licença pela SUPRAM/Central Metropolitana;
- que adequou todos os seus equipamentos tendo em vista o controle de lançamentos de efluentes e resíduos conforme solicitado no AF;
- encaminhou todos os relatórios de monitoramento solicitados, de acordo com os itens 3,5 e 8 das condicionantes;
- apresentou no prazo os resultados dos monitoramento e implantou caixa separadora de água;
- apresentou dentro do prazo o projeto com cronograma de implantação de lavador de gases para a cuba do forno pequeno;
- requer a reconsideração da penalidade aplicada.

Do ponto de vista jurídico, a recorrente não apresentou nenhuma argumentação capaz de descaracterizar a infração descrita no auto de infração.

Entende esta Procuradoria que as alegações apresentadas no recurso não comprovam o cumprimento das condicionantes dentro do prazo estabelecido nas condicionantes da LO e nem quando concedido novo prazo de 90 dias para correção das irregularidades, sendo penalizado com multa simples.

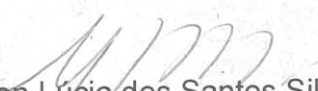
Quanto às demais alegações apresentadas na defesa, nenhuma delas apresenta quaisquer argumentos que pudessem descaracterizar o cometimento da infração, demonstrando ter sido corretamente lavrado o Auto de Infração.

Conclusão:

Diante dos fatos narrados, deve ser o presente Recurso encaminhado a Câmara Normativa e Recursal do COPAM, a fim de que seja **indeferido o recurso** apresentado com a conseqüente manutenção da multa aplicada, devendo ser efetuada a sua cobrança, sob pena de inscrição em Dívida Ativa do Estado.

É o parecer, *s.m.j.*

Belo Horizonte, 13 de março de 2013.


Carmen Lúcia dos Santos Silveira
OAB/MG 38.838 – MASP 1043.754-9